

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA/RS**

**Edital de Carta Convite nº. 024/2019
Modalidade Menor Preço Global**

→ *almansa.floresta@hotmail.com*
→ *SS 9.9131.0020 (Telmo)*

A empresa **SANTA MARIA CONSULTORIA FLORESTAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.332.699/0001-02, com sede na Rua Vanderlei de Almeida, nº. 535, Itaara/RS, neste ato, representada por seu representante legal, **Telmo Almansa da Silva**, CPF nº. 993.929.760-20, vem, tempestivamente, conforme permitido no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº. 8666/93, e na Lei nº. 10.520/2002, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da inabilitação da empresa suprarreferida, que adiante especifica e o que faz na conformidade seguinte:

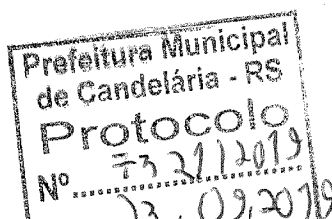
I – Da Tempestividade.

O presente recurso é plenamente tempestivo, posto que interposto dentro do prazo legal, pois o prazo para recorrer é de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, consoante regra contida no artigo 109, inciso I, da Lei nº. 8.666/93.

II – Dos Fatos.

Acudindo ao chamamento desse Município para o certame licitacional supracitado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

No entanto, a empresa, ora recorrente, foi declarada inabilitada por ausência de apresentação da prova de regularidade fiscal emitida pela Fazenda



Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, conforme previsão contida no item 3.1.2, "d", do edital do processo licitatório.

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

III – Das razões da Reforma.

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

Senão vejamos:

O item 3.1.2, "d" do edital da Carta Convite em causa, ao dispor sobre a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, exige que as licitantes apresentem para sua habilitação "prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante".

A recorrente restou inabilitada porque não apresentou oportunamente certidão negativa de débitos não inscritos em dívida ativa do Estado do Rio Grande do Sul, onde tem sua sede.

No entanto, a inabilitação ocorreu em momento inoportuno, posto que, em atenção ao disposto no item 3.4 do edital da Carta Convite, a habilitação pode ser condicionada a comprovação da sua regularidade em até cinco dias úteis, contados da Lavratura da Ata de Abertura e Julgamento, ocorrida em 17/09/2019.

Logo, **registro que o presente recurso está devidamente acompanhado da prova da regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, consoante documento anexo.**

Com efeito, não se pode perder de vista que a licitação tem como objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (art. 3º da Lei n.º 8.666/93), devendo ser assegurada, assim, a maior competitividade possível ao certame. Deste modo, devem ser evitados os excessivos formalismos, sendo incabível a inabilitação ou desclassificação de licitantes em razão de meras irregularidades, uma vez que concedido prazo suplementar a eventual empresa vencedora do certame.

Nesse sentido, a decisão proferida no julgamento da Apelação Cível nº. 70032908683, Vigésima Segunda Câmara Cível, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, em 26 de novembro de 2009:

LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. REABERTURA DE PRAZO. NOVOS DOCUMENTOS.

1. A licitação consiste em processo administrativo que visa à escolha do futuro contratante que apresente a melhor proposta. Não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o participante mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em vencer o certame sobrepõe o interesse público a ser perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado tanto quanto possível a maior competitividade do certame. Neste quadro, a exclusão de licitante sob alegada irregularidade formal é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público.

2. Não há dúvida de que a equivocada inabilitação da Apelante pela Comissão de Licitação, aliada à inabilitação das demais, levou à reabertura do prazo para juntada de novos documentos. Todavia, tal decisão não leva, necessariamente, à proclamação de que seria a única licitante habilitada no certame e a vencedora da licitação. Recurso desprovido.

Na mesma linha, os recentes julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL. INABILITAÇÃO. ITEM 13.3.3 DO EDITAL E FALTA DE EXPLICITAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DOS DÉBITOS. ERRONIA DE COMPREENSÃO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL, INCLUSIVE NÃO INSCRITOS. FORMALISMO EXCESSIVO. DESCABIMENTO. Decorrendo a não apresentação de certidão de regularidade fiscal quanto a débitos não inscritos de erronia de compreensão da regra do item 13.3.3 do edital, que se justifica até pela falta de explicitação da abrangência por ela pretendida, não fosse ter restado posteriormente demonstrada a inexistência de quaisquer débitos com a Fazenda Estadual, afigura-se descabida a inabilitação da apelante, sob pena de cancelar-se formalismo excessivo, em detrimento à proposta mais vantajosa para a Administração Pública. (Apelação Cível, Nº 70079653275, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em: 12-12-2018)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL. INABILITAÇÃO. ITEM 13.3.3 DO EDITAL E FALTA DE EXPLICAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DOS DÉBITOS. ERRONIA DE COMPREENSÃO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL, INCLUSIVE NÃO INSCRITOS. FORMALISMO EXCESSIVO. DESCABIMENTO. Decorrendo a não apresentação de certidão de regularidade fiscal quanto a débitos não inscritos de erronia de compreensão da regra do item 13.3.3 do edital, que se justifica até pela falta de explicação da abrangência por ela pretendida, não fosse ter restado posteriormente demonstrada a inexistência de quaisquer débitos com a Fazenda Estadual, afigura-se descabida a inabilitação da agravante, sob pena de cancelar-se formalismo excessivo, em detrimento à proposta mais vantajosa para a Administração Pública. (Agravado de Instrumento, Nº 70076616374, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arminio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em: 09-05-2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL. RIGORISMO FORMAL. 1. Hipótese em que a empresa agravante foi inabilitada, pois não teria comprovado sua regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual da sua sede, uma vez que deixou de apresentar certidão de débitos não inscritos em dívida ativa. 2. A certidão apresentada pela agravada (negativa de débitos inscritos em dívida ativa) supre a exigência posta no Edital, para o fim de comprovar a regularidade da agravada com a Fazenda Pública do Estado de São Paulo. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Agravado de Instrumento, Nº 70076677848, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em: 25-04-2018)

Na hipótese específica dos autos, restou demonstrada a regularidade fiscal da recorrente com a apresentação das certidões de regularidade fiscal expedidas pelas Fazendas Municipal e Federal.

Não fosse isso, é escusável o erro concernente a não apresentação da regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual, visto que o edital concede prazo para apresentar prova da regularidade fiscal em até cinco dias, conforme item 3.4, condição esta que deve ser estendida a todas as empresas participantes da licitação, e não só a empresa vencedora do certame, sob pena de restringir a participação de outras empresas, até mesmo mais qualificadas, no certame, com o claro intuito de conduzir o resultado do processo licitatório.

Cumpra ressaltar que a concessão de prazo para apresentação de documentação complementar a justificar a habilitação e, por consequência, a afastar a inabilitação, tão somente da empresa vencedora do certame fere o preceito constitucional da isonomia, porque desigualdade injustamente concorrentes que apresentam as mesmas condições de qualificação técnica

Para mais, pelo procedimento licitatório, a Administração Pública deve visar selecionar a proposta mais vantajosa para entabular contrato de seu interesse. Esse é o fim essencial da licitação: buscar a melhor proposta para a satisfação do interesse público. Para tanto, é necessário permitir (e fomentar) a competição entre os interessados, advindo daí o descabimento da dilação de prazo só para a licitante vencedora, sob pena de restringir a concorrência e, com isso, diminuir a possibilidade de a Administração Pública ter acesso à melhor proposta.

Dessa forma, considerando o prazo concedido no item 3.4 do edital, requer-se o provimento deste recurso, para o efeito de estender o prazo do item supracitado a todas as licitantes participantes do certame licitatório e, por consequência, declarar habilitada a empresa **SANTA MARIA CONSULTORIA FLORESTAL LTDA.** para participar da licitação modalidade Carta Convite nº. 024/2019, diante da apresentação da prova da regularidade fiscal com a Fazenda Estadual.

IV – Dos Pedidos.

Em face do exposto, requer-se o PROVIMENTO DO presente RECURSO ADMINISTRATIVO para:

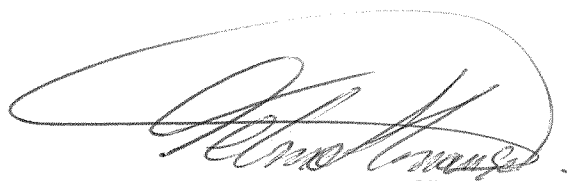
a) **Estender o prazo do item 3,4 a todas as licitantes participantes do certame licitatório e, por consequência, declarar habilitada a empresa SANTA MARIA CONSULTORIA FLORESTAL LTDA. para participar da licitação modalidade Carta Convite nº. 024/2019, diante da apresentação da prova da regularidade fiscal com a Fazenda Estadual.**

Nestes termos, pede deferimento.

ITAARA, 23 de Setembro de 2019.



TELMO ALMANSA DA SILVA
DIRETOR TÉCNICO
SANTA MARIA CONSULTORIA FLORESTAL LTDA



Telmo Almansa da Silva
Engenheiro Florestal
CREA-RS 185357